



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA
Estado de Mato Grosso do Sul

PREGÃO ELETRÔNICO 002/2025

CONTRATANTE CAMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA MS

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos tecnológicos e sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo tecnologias de suporte ao processo legislativo, para a Câmara Municipal de Brasilândia-MS

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 116.375,08 (CENTO E DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REIAS E OITO CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **29/07/2025** às **09h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: o fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento, na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL.

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP: SIM

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025

(Processo Administrativo nº465/2025)

Torna-se público que o(a) CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do seu Setor de Licitações, sediado(a) na Alameda Professor Arthur Hoffig, n. 1175, Jardim Camargo, nesta cidade de Brasilândia/MS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos tecnológicos e sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo tecnologias de suporte ao processo legislativo, para a Câmara Municipal de Brasilândia-MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 04 (quatro) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento Municipal para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

01.01.01. 01.031.0101.2001. 33.90.39.12 FICHA 13 FONTE 1.500 OUTROS SERVIÇOS

DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

01.01.01. 01.031.0101.2001. 33.90.39.48 FICHA 13 FONTE 1.500 OUTROS SERVIÇOS

DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA- SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

01.01.01. 01.031.0101.2001. 33.90.40.06 FICHA 663 FONTE 1.500 OUTROS SERVIÇOS

DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA- LOCACAO DE SOFTWARE

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema: <https://licitanet.com.br/>.

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema mencionado no item 3.1. até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7 Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8 O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11 O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.12. O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Item, Especificação, Unidade, Quantidade, Marca, Valor Unitário, Valor Total.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário,

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2%.

6.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, conforme definido neste edital.

6.10 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

6.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.22 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.29 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos de habilitação e complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, sendo dispensados os documentos já apresentados.

6.30 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.31 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

7.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.1.4 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 conter vícios insanáveis;

7.4.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.4.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.5.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.5.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

7.5.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação do licitante vencedor, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico disponibilizado pela plataforma LICITANET.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

8.6 Será verificado se o licitante vencedor apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. Habilitação jurídica:

8.7.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.7.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.7.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.7.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.7.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.8. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.8.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.8.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.8.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.8.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.8.5 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.8.6 caso o licitante seja considerado isento dos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.8.7 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.9 Qualificação Econômica Financeira

8.9.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.10. Qualificação Técnica

8.10.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.10.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

8.10.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.10.4.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.10.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.10.4.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.11.3. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.4. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.11.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico disponibilizado no sistema LICITANET.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico
<http://portal.brasilandia.ms.gov.br:8079/transparenciacm/>.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 **(trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 10.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: compras@cmbrasms.ms.gov.br;
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. Da Homologação

12.1 Após o decurso do prazo recursal e o julgamento final das propostas e da habilitação, o procedimento licitatório será submetido à autoridade competente para homologação, conforme previsto no inciso VII do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA
Estado de Mato Grosso do Sul

- 13.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://portal.brasilandia.ms.gov.br:8079/transparenciacm/> este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇO

Brasilândia/MS., 10 de julho de 2025.

Maria Jovelina da Silva

Presidente



Documento autenticado via usuário e senha, por LEANDRO DOS SANTOS PINDAIBA, Assessor Parlamentar, em 10/07/2025, às 09:37, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul

Documento assinado digitalmente por MARIA JOVELINA DA SILVA, Presidente, em 10/07/2025, às 12:16, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.

Ciente por NATALIA DOS SANTOS SOUZA, Assessor Parlamentar, em 11/07/2025, às 07:12, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos tecnológicos e sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo tecnologias de suporte ao processo legislativo, para a Câmara Municipal de Brasilândia-MS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de software de votação eletrônica com suporte.	Mês	12	R\$ 6.093,75	R\$ 73.125,00
2	Implantação, treinamento e capacitação de vereadores para utilização do sistema eletrônico de votação	unidade	01	R\$ 6.850,00	R\$ 6.850,00
3	Locação de 09 equipamentos eletrônicos do tipo Tablet, para utilização de sistema informatizado de votação com manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos. Especificação : Tablet com sistema android em português (brasil);tela touch de no mínimo de 11" com resolução 1920x1200 (wuxga) pixels com profundidade de cor 16m ou superior; processador com 08 núcleos, 2.2 ghz ou superior; memória ram de no mínimo 4gb; armazenamento interno de	Mês	12	R\$ 1.666,67	R\$ 20.000,04

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br / compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

	no mínimo 64gb, expansível através de catão microsd até 1tb; conexões wifi ieee802.11 a/b/g/n/ac de 2.4ghz e 5 ghz, wi-fi direct, Bluetooth 5.0 Bateria: 7.040 mAh Caneta S Pen: Inclusa Suporte de massa em aço carbono para fixação do equipamento				
4	Locação de 01 televisor smart de 98 polegadas Tamanho da tela: 98 polegadas Tipo de painel: qled, mini led (dependendo do fabricante) Resolução: 4k uhd (3840 x 2160) Taxa de atualização: 120 hz (ou superior) Hdr: hdr10, hdr10+, dolby vision (em modelos premium) Brilho típico: 500 a 2.000 nits (varia conforme a tecnologia) Ângulo de visão: 178° horizontal / vertical Potência de áudio: 60w a 120w rms (em sistemas integrados) Tecnologia de som: dolby atmos, dts:x Canais: 2.2, 4.2.2, ou som espacial adaptável Entradas hdmi: 4 ou mais (sendo pelo menos 1 hdmi 2.1) Entradas usb: 2 ou mais Saída de áudio óptica e ou arc Conectividade sem fio: wi-fi 5 ou 6, bluetooth 5.0 ou superior Lan (ethernet) Android tv, google tv, tizen (samsung), webos (lg) ou	Mês	12	R\$ 1.366,67	R\$ 16.400,04

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbbras.ms.gov.br / compras@cmbbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

	<p>outro sistema proprietário Suporte a aplicativos de streaming: youtube. Largura aproximada: 2,2 m Altura aproximada: 1,3 m Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none">• controle remoto inteligente com comando de voz• base ou suporte de parede (compatível com vesa)• cabos hdmi				
--	---	--	--	--	--

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da divulgação do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista suas características e natureza de necessidade permanente.

1.5. A vigência plurianual mais vantajosa foi devidamente atestada no Estudo Técnico Preliminar.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 84
- II) Data de publicação no PNCP: 30/11/2024;
- III) Id do item no PPA: 15410152000130-0-000001/2025;

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

- a) Fornecimento de equipamentos modernos e compatíveis com as necessidades da Câmara, incluindo software de votação, tablet e TV Smart;
- b) Implementação de um Sistema de Votação Eletrônica seguro, intuitivo e integrado ao processo legislativo;
- c) Tecnologia que permita a gravação, transmissão ao vivo e armazenamento das sessões legislativas;
- d) Suporte técnico especializado, com manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e do software;
- e) Conformidade com normas de segurança da informação, garantindo a proteção dos dados e a inviolabilidade dos votos;
- f) Atendimento às normas de acessibilidade para permitir a inclusão de todos os usuários, incluindo vereadores e cidadãos com deficiência.

4.2. O módulo deve conter as seguintes especificações:

4.2.1. MÓDULO ADMINISTRATIVO

- a) Cadastro, edição e exclusão de vereadores e suplentes.
- b) Cadastro, edição e exclusão de administradores e operadores do sistema.
- c) Cadastro, edição e exclusão de partidos políticos.
- d) Geração de histórico público ou privado das votações e presenças dos vereadores em tempo real.
- e) Integração com o sistema legislativo, vinculando automaticamente os resultados das votações à tramitação dos processos legislativos para consulta pública.
- f) Importação e exportação de dados para integração com outros sistemas legislativos.

4.3. MÓDULO CONTROLE

- a) Cadastro da Ordem do Dia e expedientes a qualquer momento.
- b) Importação de dados do sistema legislativo da Câmara sem necessidade de redigitação.
- c) Cadastro de todos os tipos de expedientes legislativos.
- d) Anexação de arquivos PDF aos itens da Ordem do Dia.
- e) Alteração de vereadores e suplentes durante a sessão.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

- f) Alteração do Presidente da Sessão a qualquer momento.
- g) Controle do quórum da sessão.
- h) Sorteio eletrônico para uso da palavra de vereadores e bancadas.
- i) Parametrização do uso da palavra conforme Regimento Interno.
- j) Início e finalização da votação eletrônica dos expedientes legislativos.
- l) Votação eletrônica em modo secreto, em bloco ou por expedientes em destaque.
- m) Controle de votação por aclamação via controlador.
- n) Controle da votação do presidente da Casa, conforme exigências do Regimento Interno.
- o) Visualização e impressão dos resultados das votações e presenças.
- p) Controle total do uso da palavra de vereadores, bancadas e convidados.
- q) Configuração dos cronômetros para uso da palavra e sorteios.
- r) Criação automatizada de clones de expedientes sem necessidade de novos lançamentos.
- s) Registro e listagem dos logs de operações executadas.

4.4. MÓDULO VEREADORES

- a) Visualização das sessões cadastradas na Câmara.
- b) Acesso à Ordem do Dia e aos expedientes legislativos.
- c) Visualização de documentos anexados em PDF.
- d) Inscrição no sorteio eletrônico para uso da palavra.
- e) Votação eletrônica dos expedientes legislativos via biometria ou senha (PIN).
- f) Confirmação de presença (quórum) via biometria ou PIN.
- g) Possibilidade de alteração do voto antes do encerramento da votação.
- h) Pedido de uso da palavra a qualquer momento.
- i) Visualização dos painéis utilizados no plenário.
- j) Integração com sistema de videoconferência para sessões virtuais.

4.5. MÓDULO PRESIDENTE

- a) Controle do sistema simultaneamente com o Módulo Controle.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

- b) Visualização da Ordem do Dia e dos expedientes legislativos.
- c) Inscrição no sorteio eletrônico para uso da palavra.
- d) Votação eletrônica dos expedientes legislativos.
- e) Alteração do voto antes do encerramento da votação.
- f) Visualização e controle de todos os pedidos de palavra.
- g) Acompanhamento dos painéis do plenário.

4.6. MÓDULO PAINEL DE VOTAÇÃO

- a) Exibição em tempo real da sessão para acompanhamento da população.
- b) Exibição dos votos de cada vereador e resultado nominal das votações.
- c) Exibição do tempo de fala e controle do uso da tribuna.
- d) Visualização do controle da palavra e presença dos vereadores.
- e) Opção de alteração do fundo do painel para modo reverso (black mode).

4.7. MÓDULO RELATÓRIOS

- a) Extração de relatórios das votações das sessões.
- b) Relatórios de ausências no momento da votação.
- c) Relatórios de presenças nas sessões.
- d) Impressão individualizada dos relatórios ou por sessão.
- e) Exportação dos relatórios para sites e sistemas externos

4.5. Sustentabilidade

4.5.1. Sustentabilidade Ambiental

Redução de uso de papel: Sessões, atas, registros de votação e controle de presença passam a ser digitais, economizando insumos e reduzindo resíduos.

Menor consumo de energia e materiais: A locação evita a aquisição de servidores locais e equipamentos que exigem manutenção, refrigeração e descarte futuro.

4.6. Subcontratação

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. Requisitos de Capacitação



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

4.7.1. Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento deverá ser de no mínimo 4 horas de duração.

4.7.2. A CONTRATADA deverá elaborar um plano de ação detalhado, contendo o cronograma de locais e datas para a realização dos treinamentos técnicos destinados aos vereadores e demais envolvidos na utilização do software e dos equipamentos.

4.7.3. Esse plano deverá ser submetido à aprovação do gestor do contrato, garantindo organização e eficiência na execução dos treinamentos, que deverão ocorrer após a instalação dos equipamentos e softwares.

4.7.4. Os treinamentos serão conduzidos por uma equipe de profissionais especializados, devidamente qualificados para garantir a qualidade e a eficácia do processo de capacitação. A equipe de instrutores será responsável por ministrar treinamentos presenciais, organizados conforme o plano de ação aprovado pelas partes.

4.7.5. Durante os treinamentos, serão abordados tópicos essenciais, incluindo:

4.7.6. Configuração e manutenção dos equipamentos;

4.7.7. Otimização do uso e aproveitamento das ferramentas disponíveis;

4.7.8. Estratégias para maximizar o desempenho das atividades por meio do uso eficiente das tecnologias.

4.8. Requisitos de Manutenção

4.8.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.8.2. Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos e Atualização de Softwares

4.8.3. A CONTRATADA será responsável pela realização da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados e dos softwares instalados, garantindo seu pleno funcionamento e uso contínuo, conforme as especificações deste Termo de Referência.

4.8.4. As manutenções preventivas deverão ser previamente agendadas com o gestor designado pela CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade das operações durante o processo de manutenção.

4.8.5. A empresa contratada deve garantir a integridade, segurança e confidencialidade dos dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4.8.6. Atendimento e Suporte Técnico



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

4.8.7. A CONTRATADA deverá oferecer atendimento das 07h às 18h, por meio de um Núcleo de Operações e Controle (NOC), garantindo suporte completo de Help Desk e Service Desk. O atendimento deverá estar disponível nos seguintes canais: telefone, e-mail, chat online, WhatsApp, aplicativos móveis e portal do cliente.

4.8.8. Além do horário regular, a CONTRATADA deverá assegurar atendimento em sessões extraordinárias, sempre que necessário, garantindo suporte adequado às demandas excepcionais.

4.8.9. O sistema de atendimento deve permitir o acompanhamento em tempo real do status de cada chamado, além de fornecer relatórios detalhados e gerar um número de protocolo para todas as solicitações registradas.

4.8.10. A CONTRATADA será responsável por coletar todas as informações complementares necessárias para a identificação precisa do problema, garantindo que os serviços sejam executados dentro dos prazos estabelecidos.

4.8.11. Após a abertura do chamado, um e-mail detalhado será enviado ao solicitante, contendo todas as informações da solicitação, incluindo o número do protocolo, o status inicial e os próximos passos previstos para o atendimento.

4.8.16. O suporte deverá ser prestado dentro do horário de funcionamento da Câmara ou conforme a solicitação do gestor responsável.

4.8.17. Nas sessões extraordinárias, a CONTRATANTE comunicará imediatamente a CONTRATADA para que seja disponibilizado atendimento em regime de plantão, garantindo suporte imediato às demandas emergenciais.

4.8.18. Crítica: Após a abertura do chamado, o atendimento deverá ser realizado em até 2 horas nos casos de interrupção do funcionamento de equipamentos ou softwares. Nessas situações, a CONTRATADA deverá providenciar a reinstalação e configuração do software ou disponibilizar um equipamento reserva com as mesmas características técnicas, garantindo a continuidade da sessão ou evitando a interrupção dos serviços.

4.8.19. Alta: Após a abertura do chamado, o atendimento deverá ser realizado em até 4 horas

4.8.20. Baixa: Após a abertura do chamado, o atendimento deverá ser realizado em até 24 horas.

4.9. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

4.9.1. A CONTRATADA deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade, sob o ponto de vista da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações e a privacidade dos dados.

4.9.2. Algumas categorias de requisitos de segurança da informação e privacidade são: implementação e manutenção de controles criptográficos para armazenamento, tráfego e tratamento da informação; implementação de controles de acesso; implementação de controles necessários para o registro de eventos e incidentes de segurança da informação e privacidade; implementação e manutenção de controles específicos para registro de eventos e rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação e privacidade; implementação de medidas de salvaguarda para os logs; procedimentos e controles adequados para compartilhamento, uso e proteção da informação e os casos de compartilhamento de informações com terceiros; execução periódica de análise de vulnerabilidades na Solução de TIC; implementação de mecanismos de segurança da informação e privacidade relativos à Internet das Coisas (IoT), diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro, etc.

Requisitos de Experiência Profissional

4.9.3. Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos serviços em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

4.10. Subcontratação

4.10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.0. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. a execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Condições de Execução

5.2. A prestação do serviço deverá iniciar-se em até 05 dias, após a o recebimento da Ordem de Início de Serviço

5.2.1. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.3. Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos e Atualização de Softwares

5.4. A CONTRATADA será responsável pela realização da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados e dos softwares instalados, garantindo seu pleno funcionamento e uso contínuo, conforme as especificações deste Termo de Referência.

5.5. As manutenções preventivas deverão ser previamente agendadas com o gestor



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

designado pela CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade das operações durante o processo de manutenção.

5.6. A empresa contratada deve garantir a integridade, segurança e confidencialidade dos dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

5.7. Atendimento e Suporte Técnico

5.8. A CONTRATADA deverá oferecer atendimento das 07h às 18h, por meio de um Núcleo de Operações e Controle (NOC), garantindo suporte completo de Help Desk e Service Desk. O atendimento deverá estar disponível nos seguintes canais: telefone, e-mail, chat online, WhatsApp, aplicativos móveis e portal do cliente.

5.9. Além do horário regular, a CONTRATADA deverá assegurar atendimento em sessões extraordinárias, sempre que necessário, garantindo suporte adequado às demandas excepcionais.

5.10. O sistema de atendimento deve permitir o acompanhamento em tempo real do status de cada chamado, além de fornecer relatórios detalhados e gerar um número de protocolo para todas as solicitações registradas.

5.11. A CONTRATADA será responsável por coletar todas as informações complementares necessárias para a identificação precisa do problema, garantindo que os serviços sejam executados dentro dos prazos estabelecidos.

5.12. Após a abertura do chamado, um e-mail detalhado será enviado ao solicitante, contendo todas as informações da solicitação, incluindo o número do protocolo, o status inicial e os próximos passos previstos para o atendimento.

5.13. O suporte deverá ser prestado dentro do horário de funcionamento da Câmara ou conforme a solicitação do gestor responsável

5.14. Nas sessões extraordinárias, a CONTRATANTE comunicará imediatamente a CONTRATADA para que seja disponibilizado atendimento em regime de plantão, garantindo suporte imediato às demandas emergenciais.

5.15. Crítica: Após a abertura do chamado, o atendimento deverá ser realizado em até 2 horas nos casos de interrupção do funcionamento de equipamentos ou softwares. Nessas situações, a CONTRATADA deverá providenciar a reinstalação e configuração do software ou disponibilizar um equipamento reserva com as mesmas características técnicas, garantindo a continuidade da sessão ou evitando a interrupção dos serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

5.16. Alta: Após a abertura do chamado, o atendimento deverá ser realizado em até 4 horas

5.17. Baixa: Após a abertura do chamado, o atendimento deverá ser realizado em até 24 horas.

5.22. Treinamento

5.23. A CONTRATADA deverá elaborar um plano de ação detalhado, contendo o cronograma de locais e datas para a realização dos treinamentos técnicos destinados aos vereadores e demais envolvidos na utilização do software e dos equipamentos.

5.24. Esse plano deverá ser submetido à aprovação do gestor do contrato, garantindo organização e eficiência na execução dos treinamentos, que deverão ocorrer após a instalação dos equipamentos e softwares.

5.25. Os treinamentos serão conduzidos por uma equipe de profissionais especializados, devidamente qualificados para garantir a qualidade e a eficácia do processo de capacitação. A equipe de instrutores será responsável por ministrar treinamentos presenciais, organizados conforme o plano de ação aprovado pelas partes.

5.26. Durante os treinamentos, serão abordados tópicos essenciais, incluindo:

5.27. Configuração e manutenção dos equipamentos;

5.28. Otimização do uso e aproveitamento das ferramentas disponíveis;

5.29. Estratégias para maximizar o desempenho das atividades por meio do uso eficiente das tecnologias.

5.30. Rotinas a serem cumpridas

5.30.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.30.2. Prestação de Serviços e Condições Contratuais

5.30.3. Os serviços serão prestados à Câmara Municipal de Brasilândia - MS, conforme especificado na Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE. Essa ordem deverá conter todas as informações necessárias para a execução dos serviços.

5.30.4. Os serviços deverão ser concluídos no prazo máximo de 20 (trinta) dias úteis, contados a partir da solicitação formal emitida pela CONTRATANTE.

5.30.5. A CONTRATADA, responsável pelo fornecimento do software, deverá disponibilizar infraestrutura completa para a hospedagem e funcionamento dos serviços, garantindo desempenho, segurança e disponibilidade contínua. A infraestrutura deverá incluir:



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

5.30.6. Servidor de Arquivos Estáticos: Alta durabilidade e controle de versionamento, garantindo a integridade dos documentos armazenados.

5.30.7. Servidor de Aplicação (Portal Web): Com balanceamento de carga e compressão de conteúdo, assegurando maior eficiência e rapidez no acesso ao sistema.

5.30.8. Servidor de Banco de Dados: Implementação de backups automáticos, proteção contra falhas e recuperação rápida em caso de incidentes.

5.30.9. Servidor DNS e Cache: Proteção contra-ataques DDoS, filtragem de acessos e otimização da distribuída CONFIDENCIALIDADE

5.30.10. A contratada obrigará-se a manter a mais absoluta confidencialidade sobre materiais, dados e informações disponibilizados ou conhecidos em decorrência da contratação, bem como tratá-los como matéria sigilosa;

5.30.11. A contratada ficará terminantemente proibida de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de quaisquer informações, dados, processos, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade da contratante, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços.

5.31. Local e horário da prestação dos serviços

5.31.1 Os serviços serão prestados no seguinte endereço Rua Alameda Professor Arthur Hofig, 1175- Jardim Camargo, Brasilândia -MS.

5.31.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 07 as 13:00 hrs.

Materiais a serem disponibilizados

5.31.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.32. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.32.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

6.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.6. A reunião será realizada em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

6.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.7.1. Presença do representante legal da contratada;

6.7.2. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato.

6.8. Fiscalização

6.8.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.3. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.9. Gestor do contrato

6.9.1. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.9.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.0. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1. Do Recebimento

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4.6. O fiscal deverá emitir o Termo Detalhado que deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo Gestor de Contratos, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.2. Complementar o Termo Detalhado com as informações sobre a fiscalização administrativa, para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

8.0. Liquidação

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.1.4. o prazo de validade;

8.1.5. a data da emissão;

8.1.6. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.1.7. o período respectivo de execução do contrato;

8.1.8. o valor a pagar; e

8.1.9. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

8.12. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

9.0. Prazo de pagamento

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA*.

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br / compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

10. Forma de pagamento

10.1.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.5.O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo (MENOR PREÇO global).

12. Regime de execução

12.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

13.0 Exigências de habilitação

13.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

14.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

14.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

15.0 Habilitação fiscal, social e trabalhista

15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

15.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

15.7. Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, será exigida, como condição de habilitação econômico-financeira, exclusivamente a apresentação da **certidão negativa de falência ou recuperação judicial**, ou, quando for o caso, de recuperação extrajudicial, emitida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme o inciso II do referido artigo. Tal exigência é suficiente, por se tratar do mínimo necessário à garantia da adequada execução do objeto, considerando a natureza da demanda, seu valor estimado, sua baixa complexidade e a ausência de riscos relevantes ou de consequências graves decorrentes da eventual não prestação do serviço ou não fornecimento do bem. Assim, resta dispensada a exigência de demonstrações contábeis ou de índices patrimoniais, por não se justificar, neste caso concreto, a imposição de ônus adicionais às licitantes que extrapolem a finalidade legal de assegurar a idoneidade econômico-financeira mínima do futuro contratado.

16. Qualificação Técnica

16.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

16.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

16.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br / compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

16.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

16.5 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

16.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

16.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 116.375,08 (cento e dezesseis mil, trezentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

18.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.01.01. 01.031.0101.2001. 33.90.39.12 FICHA 13 FONTE 1.500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

01.01.01. 01.031.0101.2001. 33.90.39.48 FICHA 13 FONTE 1.500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA- SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

01.01.01. 01.031.0101.2001. 33.90.40.06 FICHA 663 FONTE 1.500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA- LOCAÇÃO DE SOFTWARE

18.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1. A Resolução nº 11/2023 da Câmara Municipal não se aplica ao presente objeto, tendo em vista que sua finalidade se restringe à aquisição de softwares de uso disseminado.

Brasilândia/MS, 04 de junho de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA
Estado de Mato Grosso do Sul

EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO:

Natalia dos Santos Souza
Matrícula: 152-1 - Assessor Parlamentar

Rosangela Vieira dos Santos
Matrícula: 153-2 – Assessor Legislativo

Aparecida de Fátima da Cruz Candido da Silva
Matrícula: 4-1 – Auxiliar Administrativo

Aprovado por: _____
Maria Jovelina Da Silva
Presidente da Câmara Municipal



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://cmbras.processo.digital/autenticidade>, informando o código do documento **00025801** e chave de segurança **982 431 F6A**.



Documento assinado digitalmente por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS, Equipe de Planejamento, em 07/07/2025, às 11:39, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



Documento assinado digitalmente por APARECIDA DE FATIMA DA CRUZ CANDIDO DA SILVA, Equipe de Planejamento, em 07/07/2025, às 11:43, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



Documento assinado digitalmente por NATALIA DOS SANTOS SOUZA, Equipe de Planejamento, em 07/07/2025, às 11:52, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



Documento assinado digitalmente por MARIA JOVELINA DA SILVA, Presidente, em 07/07/2025, às 11:59, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR **E GERENCIAMENTO DE RISCO**

OBJETO

Análise da viabilidade técnica e econômica para escolha da melhor solução para atendimento da demanda de tecnológicos e sistema de votação eletrônica, em formato digital, para a Câmara Municipal de Brasilândia-MS.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 14.133/2021;

Lei Complementar nº 123/2006;

Resolução nº 002/2023; regulamenta sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.

Resolução nº 012/2023; regulamenta sobre as práticas de gestão de riscos e controle preventivo nas contratações de obras, serviços e compras.

Resolução TCE/MS nº 88/2018 e alterações posteriores

I – Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

1.1. A Câmara Municipal de Brasilândia/MS, tem o intuito de aprimorar os procedimentos legislativos por meio da implantação de um Sistema de Votação Eletrônica, com equipamentos tecnológicos e soluções digitais integradas de apoio ao processo legislativo.

A adoção da votação eletrônica representa um avanço significativo na modernização da atividade parlamentar, promovendo maior agilidade, segurança, transparência e rastreabilidade nas deliberações do Plenário. O uso de tecnologia nesse contexto permite a automatização do registro de votos, reduz a margem de erro humano, proporciona a geração de relatórios em tempo real e fortalece o princípio da publicidade dos atos do Poder Legislativo.

Além disso, a implementação de ferramentas digitais de suporte à atividade legislativa está em consonância com os princípios da eficiência e economicidade previstos no artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), que orienta a administração pública a buscar soluções inovadoras que otimizem os serviços prestados à sociedade.

A modernização com uso de equipamentos e sistemas visa otimizar recursos públicos.

Por fim, essa necessidade reflete o compromisso da Câmara Municipal de Brasilândia-MS com uma gestão moderna, transparente e eficiente, alinhada às melhores práticas de administração pública. Investir na atualização tecnológica e na implementação de sistemas de votação eletrônica é uma estratégia que



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

promove maior credibilidade, agilidade e segurança, beneficiando não apenas os vereadores e servidores, mas também toda a comunidade que acompanha e confia nas decisões do poder legislativo local.

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 84
- II) Data de publicação no PNCP: 30/11/2024;
- III) Id do item no PPA: 15410152000130-0-000001/2025;

III - Requisitos da contratação

3.1. A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Fornecimento de equipamentos modernos e compatíveis com as necessidades da Câmara, incluindo terminais de votação, tablet e TV Smart;
- b) Implementação de um Sistema de Votação Eletrônica seguro, intuitivo e integrado ao processo legislativo;
- c) Tecnologia que permita a gravação, transmissão ao vivo e armazenamento das sessões legislativas;
- d) Suporte técnico especializado, com manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e do software;
- e) Conformidade com normas de segurança da informação, garantindo a proteção dos dados e a inviolabilidade dos votos;
- f) Atendimento às normas de acessibilidade para permitir a inclusão de todos os usuários, incluindo vereadores e cidadãos com deficiência.

O módulo deve conter as seguintes especificações:

MÓDULO ADMINISTRATIVO

Cadastro, edição e exclusão de vereadores e suplentes.

Cadastro, edição e exclusão de administradores e operadores do sistema.

Cadastro, edição e exclusão de partidos políticos.

Geração de histórico público ou privado das votações e presenças dos vereadores em tempo real.

Integração com o sistema legislativo, vinculando automaticamente os resultados das votações à tramitação dos processos legislativos para consulta pública.

Importação e exportação de dados para integração com outros sistemas legislativos.

MÓDULO CONTROLE

Cadastro da Ordem do Dia e expedientes a qualquer momento.

Importação de dados do sistema legislativo da Câmara sem necessidade de redigitação.

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

Cadastro de todos os tipos de expedientes legislativos.
Anexação de arquivos PDF aos itens da Ordem do Dia.
Alteração de vereadores e suplentes durante a sessão.
Alteração do Presidente da Sessão a qualquer momento.
Controle do quórum da sessão.
Sorteio eletrônico para uso da palavra de vereadores e bancadas.
Parametrização do uso da palavra conforme Regimento Interno.
Início e finalização da votação eletrônica dos expedientes legislativos.
Votação eletrônica em modo secreto, em bloco ou por expedientes em destaque.
Controle de votação por aclamação via controlador.
Controle da votação do presidente da Casa, conforme exigências do Regimento Interno.
Visualização e impressão dos resultados das votações e presenças.
Controle total do uso da palavra de vereadores, bancadas e convidados.
Configuração dos cronômetros para uso da palavra e sorteios.
Criação automatizada de clones de expedientes sem necessidade de novos lançamentos.
Registro e listagem dos logs de operações executadas.

MÓDULO VEREADORES

Visualização das sessões cadastradas na Câmara.
Acesso à Ordem do Dia e aos expedientes legislativos.
Visualização de documentos anexados em PDF.
Inscrição no sorteio eletrônico para uso da palavra.
Votação eletrônica dos expedientes legislativos via biometria ou senha (PIN).
Confirmação de presença (quórum) via biometria ou PIN.
Possibilidade de alteração do voto antes do encerramento da votação.
Pedido de uso da palavra a qualquer momento.
Visualização dos painéis utilizados no plenário.
Integração com sistema de videoconferência para sessões virtuais.

MÓDULO PRESIDENTE

Controle do sistema simultaneamente com o Módulo Controle.
Visualização da Ordem do Dia e dos expedientes legislativos.
Inscrição no sorteio eletrônico para uso da palavra.
Votação eletrônica dos expedientes legislativos.
Alteração do voto antes do encerramento da votação.
Visualização e controle de todos os pedidos de palavra.
Acompanhamento dos painéis do plenário.

MÓDULO PAINEL DE VOTAÇÃO

Exibição em tempo real da sessão para acompanhamento da população.
Exibição dos votos de cada vereador e resultado nominal das votações.
Exibição do tempo de fala e controle do uso da tribuna.
Visualização do controle da palavra e presença dos vereadores.
Opção de alteração do fundo do painel para modo reverso (black mode).

MÓDULO RELATÓRIOS

Extração de relatórios das votações das sessões.
Relatórios de ausências no momento da votação.
Relatórios de presenças nas sessões.
Impressão individualizada dos relatórios ou por sessão.
Exportação dos relatórios para sites e sistemas externos

3.1. Especificação (detalhamento)



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANTIDADE
01	Locação de software de votação eletrônica com suporte.	Mês	12
02	Implantação, treinamento e capacitação de vereadores para utilização do sistema eletrônico de votação	Unidade	01
03	Locação de 09 equipamentos eletrônicos do tipo Tablet, para utilização de sistema informatizado de votação com manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos. Especificação : Tablet com sistema android em português (brasil);tela touch de no mínimo de 11" com resolução 1920x1200 (wuxga) pixels com profundidade de cor 16m ou superior; processador com 08 núcleos, 2.2 ghz ou superior; memória ram de no mínimo 4gb; armazenamento interno de no mínimo 64gb, expansível através de cartão microsd até 1tb; conexões wifi ieee802.11 a/b/g/n/ac de 2.4ghz e 5 ghz, wi-fi direct, Bluetooth 5.0 Bateria: 7.040 mAh Caneta S Pen: Inclusa Suporte de massa em aço carbono para fixação do equipamento	Mês	12
04	LOCAÇÃO DE 01 TELEVISOR SMART DE 98 POLEGADAS Tamanho da tela: 98 polegadas Tipo de painel: QLED, Mini LED (dependendo do fabricante) Resolução: 4K UHD (3840 x 2160) Taxa de atualização: 120 Hz (ou superior) HDR: HDR10, HDR10+, Dolby Vision (em modelos premium) Brilho típico: 500 a 2.000 nits (varia conforme a tecnologia) Ângulo de visão: 178° horizontal / vertical	Mês	12

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

	<p>Potência de áudio: 60W a 120W RMS (em sistemas integrados)</p> <p>Tecnologia de som: Dolby Atmos, DTS:X</p> <p>Canais: 2.2, 4.2.2, ou som espacial adaptável</p> <p>Entradas HDMI: 4 ou mais (sendo pelo menos 1 HDMI 2.1)</p> <p>Entradas USB: 2 ou mais</p> <p>Saída de áudio óptica e ou ARC</p> <p>Conectividade sem fio: Wi-Fi 5 ou 6, Bluetooth 5.0 ou superior</p> <p>LAN (Ethernet)</p> <p>Android TV, Google TV, Tizen (Samsung), webOS (LG) ou outro sistema proprietário</p> <p>Suporte a aplicativos de streaming: YouTube.</p> <p>Largura aproximada: 2,2 m</p> <p>Altura aproximada: 1,3 m</p> <p>Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none">• Controle remoto inteligente com comando de voz• Base ou suporte de parede (compatível com VESA)• Cabos HDMI		
--	--	--	--

3.2. Sustentabilidade

3.2.1. Sustentabilidade Ambiental

Redução de uso de papel: Sessões, atas, registros de votação e controle de presença passam a ser digitais, economizando insumos e reduzindo resíduos.

Menor consumo de energia e materiais: A locação evita a aquisição de servidores locais e equipamentos que exigem manutenção, refrigeração e descarte futuro.

3.5. Subcontratação

3.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

IV - Estimativa das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

4.1. A estimativa de quantidades considera o número de usuários e equipamentos necessários para viabilizar o funcionamento adequado da solução no plenário da Câmara Municipal de Brasilândia/MS. Por se tratar de uma

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

contratação pontual e atual nesta casa Legislativa não a histórico de contratação anterior que possa servir de apoio nas quantidades.

Item	Unidade	Quantidade estimada	Observações
Locação do software de votação eletrônica	Licença	12 MESES	Licenças simultâneas em nuvem, uma por usuário/tablet
Locação de 09 tablets para uso dos vereadores	Mês	12	Dispositivos móveis com acesso à plataforma de votação
Locação de 01 Tv para painel de exibição de resultados	Mês	12	Tamanho sugerido: 98 polegadas; painel QLED ou Mini LED
Serviços de implantação e configuração do sistema/treinamento dos usuários/suporte técnico e manutenção	SERVIÇOS	01	Inclui parametrização, ambientação e integração dos dispositivos, Capacitação para vereadores e equipe técnica, presencial ou remoto, abrangência de acordo com níveis de serviço.

V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Soluções Consideradas

Análise das Alternativas para Implantação de Sistema Informatizado na Câmara Municipal

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para a implementação de um sistema informatizado que atenda às necessidades da Câmara Municipal, foram consideradas três alternativas distintas. A seguir, apresenta-se a descrição de cada uma, juntamente com a avaliação de sua viabilidade:

a) Desenvolvimento interno do software

Consiste na criação de um sistema personalizado, desenvolvido por equipe técnica própria da Câmara.

Avaliação: Alternativa inviável, tendo em vista que a instituição não dispõe de corpo técnico especializado em desenvolvimento de sistemas, o que inviabiliza a execução interna da solução.

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

b) Aquisição de licença permanente

Refere-se à compra definitiva de um sistema informatizado, com pagamento único e direito de uso perpétuo.

Avaliação: Alternativa pouco vantajosa, pois apresenta alto custo inicial, demanda estrutura própria de manutenção e atualização, além de representar um risco significativo de obsolescência tecnológica, especialmente diante das rápidas mudanças legais e tecnológicas.

c) Locação de software especializado

Envolve a contratação de empresa fornecedora de solução pronta, sob a forma de serviço, com disponibilização contínua do sistema, atualizações e suporte técnico incluídos.

Avaliação: Alternativa mais vantajosa. Proporciona diversos benefícios, como custo inicial reduzido, suporte técnico permanente, acesso a atualizações automáticas e menor impacto ambiental.

Justificativa da Escolha: Locação de Software Especializado

A contratação de solução pronta mediante locação configura-se como a alternativa mais eficaz e vantajosa para a Câmara Municipal, pelos seguintes motivos:

- **Redução de custos operacionais**, com eliminação da necessidade de equipe interna de manutenção e suporte técnico;
- **Garantia de atualizações contínuas e suporte especializado**, promovendo maior segurança e eficiência no uso do sistema;
- **Aprimoramento da transparência e controle institucional**, por meio de funcionalidades que possibilitam geração de relatórios automatizados, registros auditáveis e maior publicidade dos atos legislativos;
- **Aderência à legislação vigente**, incluindo a Lei de Acesso à Informação (LAI), assegurando conformidade com os princípios da administração pública;
- **Contribuição à sustentabilidade ambiental**, com redução no consumo de papel, energia elétrica e geração de resíduos tecnológicos, alinhando-se às boas práticas de gestão sustentável.

Diante do exposto, conclui-se que a locação de software especializado atende plenamente às necessidades da Câmara Municipal, sendo a alternativa que melhor equilibra eficiência, economicidade, sustentabilidade e conformidade legal.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação

6.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 116.375,08 (cento e dezesseis mil, trezentos e setenta e cinco reais e oito centavos).

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

7.1. A descrição da solução como um todo contempla a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos tecnológicos e sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo tecnologias de suporte ao processo legislativo, para a Câmara Municipal de Brasilândia-MS.

7.2. Da concessão de tratamento diferenciado às ME E EPP -Lei Complementar n.123/2006.

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação

8.1. É sabido que o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

8.2. Trata-se de um serviço indivisível e de natureza integrada, em que o fracionamento comprometeria a funcionalidade e a responsabilização da empresa contratada.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

9.1. Os resultados pretendidos com a locação incluem:

Modernização do processo legislativo

Digitalizar e automatizar os procedimentos de votação, controle de presença e geração de atas nas sessões plenárias, promovendo maior agilidade, segurança e confiabilidade.

Aumento da transparência e da publicidade dos atos legislativos

Permitir o registro e a disponibilização pública, em tempo real, dos votos e presenças dos parlamentares, atendendo aos princípios da publicidade e do controle social.

Redução de erros e retrabalho

Minimizar inconsistências nos registros de votação e presença por meio de um sistema automatizado e auditável.

Conformidade com legislações vigentes



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

Garantir que as votações estejam em conformidade com o Regimento Interno da Câmara, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), e com os princípios da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

Otimização do trabalho das equipes técnicas

Reduzir o tempo gasto com conferência, digitação e elaboração de documentos manuais, liberando os servidores para atividades mais estratégicas.

Aprimoramento da comunicação institucional

Possibilitar a exibição clara dos votos, resultados e lista de oradores ao público presente e via internet, inclusive com integração a sites ou sistemas de transmissão.

Sustentabilidade ambiental e redução de consumo de papel

Eliminar impressões desnecessárias de listas de presença, atas e votações, reduzindo o impacto ambiental da atividade legislativa.

Acesso remoto e flexível

Permitir o uso do sistema em dispositivos móveis ou computadores conectados à internet, facilitando a atuação de vereadores e técnicos em diferentes locais.

X - Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual

10.1. Não há necessidade de adaptações no ambiente do órgão.

XI - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

12.1. **Redução do uso de papel:** Digitalização de documentos elimina impressões e economiza insumos.

Menos resíduos sólidos e eletrônicos: Dispensa arquivos físicos e evita descarte de equipamentos obsoletos.

Menor consumo de energia: Não exige servidores locais nem refrigeração constante.

Redução de emissões de carbono: Menos deslocamentos e transporte físico de documentos.

Uso eficiente de recursos: Data centers modernos operam com padrões sustentáveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

XII - Gerenciamento de risco

<i>RISCO 1</i>	<i>Não cumprimento do contrato</i>
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () baixo (x) médio () alto () muito alto
Impacto	() Muito baixo () baixo () médio (x) alto () muito alto
Medida (s)	Inserção de cláusulas de aplicação de penalidade ao fornecedor inadimplente.
Responsável	Fiscal de Contratos
<i>RISCO 2</i>	<i>Fornecedor não atender aos requisitos de documentação pré-estabelecidos</i>
ETAPA	() Planejamento (x) Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (x) baixo () médio () alto () muito alto
Impacto	() Muito baixo () baixo (x) médio () alto () muito alto
Medida (s)	Inabilitar e solicitar a documentação do próximo classificado
Responsável	Agente de contratação direta
<i>RISCO 3</i>	<i>Prestação de serviços divergente do solicitado na contratação em termos de quantidade e qualidade</i>
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (x) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (X) baixo () médio () alto () muito alto
Impacto	() Muito baixo () baixo () médio (x) alto () muito alto
Medida (s)	Notificar e autuar o prestador de serviços.
Responsável	Fiscal de contratos
<i>RISCO 4</i>	<i>Atraso na entrega dos serviços</i>
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (x) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () baixo (x) médio () alto () muito alto



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

Impacto	() Muito baixo () baixo () médio () alto (x) muito alto
Medida (s)	Inserção de cláusulas de aplicação de penalidade ao fornecedor inadimplente.
Responsável	Fiscal de contratos

P R O B A B I L I D A D E					
	MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
MUITO ALTO			RISCO 4		
ALTO		RISCO 3	RISCO 1		
MÉDIO		RISCO 2			
BAIXO					
MUITO BAIXO					

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

12.1. Considerando os elementos obtidos, bem como a fundamentação deste estudo, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, esta Equipe de Planejamento, considera que a contratação é adequada e viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses deste órgão público.

Brasilândia/MS, 22 de maio de 2025.

EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO:

Natalia dos Santos Souza

Matrícula: 152-1 - Assessor Parlamentar

Aparecida de Fátima da Cruz Candido da Silva

Matrícula: 4-1 – Auxiliar Administrativo

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

Rosangela Vieira dos Santos

Matrícula: 153-2 – Assessor Legislativo

Aprovado por: _____

Maria Jovelina Da Silva

Presidente da Câmara Municipal



A autenticidade deste documento pode ser conferida em
<https://cmbras.processo.digital/autenticidade>, informando o código
do documento **00023417** e chave de segurança **35A EED 313**.



Documento assinado digitalmente por NATALIA DOS SANTOS SOUZA, Assessor Parlamentar, em 27/05/2025, às 08:44, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



Documento assinado digitalmente por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS, Assessor Parlamentar, em 28/05/2025, às 07:19, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



Documento assinado digitalmente por APARECIDA DE FATIMA DA CRUZ CANDIDO DA SILVA, Auxiliar Administrativo, em 28/05/2025, às 10:15, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



Documento assinado digitalmente por MARIA JOVELINA DA SILVA, Presidente, em 29/05/2025, às 14:00, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA-MS

Processo Administrativo nº xxx/20xxx
PREGÃO N. XXX/20XX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
XXX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A
CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA/MS
E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente **CONTRATO**, que fazem entre si, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 15.410.152/0001-30, com sede administrativa localizada na Alameda Arthur Hoffig, n. 1175, Jardim Camargo, nesta cidade de Brasilândia - MS, neste ato representada por sua presidente, a Senhora **MARIA JOVELINA DA SILVA**, inscrita no CPF sob n. 543.011.491-04 e Cédula de Identidade RG sob n. 000.627.852 SSP/MS, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu sócio(a) administrador(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº XX/20XX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão eletrônico nº. xx/20XX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos tecnológicos e sistema de votação eletrônica, em formato digital, incluindo tecnologias de suporte ao processo legislativo, para a Câmara Municipal de Brasilândia-MS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
------	---------------	-------	--------	-------	----------------	-------------



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

01	Locação de software de votação eletrônica com suporte.	Mês	12			
02	Implantação, treinamento e capacitação de vereadores para utilização do sistema eletrônico de votação	Unidade	01			
03	Locação de 09 equipamentos eletrônicos do tipo Tablet, para utilização de sistema informatizado de votação com manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos. Especificação : Tablet com sistema android em português (brasil);tela touch de no mínimo de 11" com resolução 1920x1200 (wuxga) pixels com profundidade de cor 16m ou superior; processador com 08 núcleos, 2.2 ghz ou superior; memória ram de no mínimo 4gb; armazenamento interno de no mínimo 64gb, expansível através de cartão microsd até 1tb; conexões wifi ieee802.11 a/b/g/n/ac de 2.4ghz e 5 ghz, wi-fi direct, Bluetooth 5.0 Bateria: 7.040 mAh Caneta S Pen: Inclusa Suporte de massa em aço carbono para fixação do equipamento	Mês	12			
04	LOCAÇÃO DE 01 TELEVISOR SMART DE 85 POLEGADAS Tamanho da tela: 85 polegadas Tipo de painel: QLED, Mini LED (dependendo do fabricante)	Mês	12			



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

<p>Resolução: 4K UHD (3840 x 2160) Taxa de atualização: 120 Hz (ou superior) HDR: HDR10, HDR10+, Dolby Vision (em modelos premium) Brilho típico: 500 a 2.000 nits (varia conforme a tecnologia) Ângulo de visão: 178° horizontal / vertical Potência de áudio: 60W a 120W RMS (em sistemas integrados) Tecnologia de som: Dolby Atmos, DTS:X Canais: 2.2, 4.2.2, ou som espacial adaptável Entradas HDMI: 4 ou mais (sendo pelo menos 1 HDMI 2.1) Entradas USB: 2 ou mais Saída de áudio óptica e ou ARC Conectividade sem fio: Wi-Fi 5 ou 6, Bluetooth 5.0 ou superior LAN (Ethernet) Android TV, Google TV, Tizen (Samsung), webOS (LG) ou outro sistema proprietário Suporte a aplicativos de streaming: YouTube. Largura aproximada: 2,00 m Altura aproximada: 1,1 m Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none">• Controle remoto inteligente com comando de voz• Base ou suporte de parede (compatível com VESA)• Cabos HDMI					
---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Aviso de dispensa de Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do [artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante manifestação de interesses das partes, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

- 6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura deste contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

- 7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

São obrigações do Contratante:

- 8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido/serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Brasilândia/MS, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do contratado, de acordo com o objeto; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.09. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10 CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.1.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

12.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2 Multa:

12.2.1.1 Moratória de 05% a 30% (cinco a trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.2 *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

12.3 Compensatória de 05% a 30% (cinco a trinta por cento) do valor do contrato.

12.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP). ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Brasilândia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CÂMARA MUNICIPAL

01.01.01. 01.031.0101.2001. 33.90.39.12 FICHA 13 FONTE 1.500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

01.01.01. 01.031.0101.2001. 33.90.39.48 FICHA 13 FONTE 1.500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA- SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

01.01.01. 01.031.0101.2001. 33.90.40.06 FICHA 663 FONTE 1.500 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA- LOCAÇÃO DE SOFTWARE

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro Comarca de Brasilândia/MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

Brasilândia/MS, xxx de xxxxx de 20xxx.

Maria Jovelina da Silva - Presidente

Presidente da Câmara Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- Leandro dos Santos Pindaiba

Matrícula: 19-1

2- Natália dos Santos Souza

Matrícula: 152-1



Documento autenticado via usuário e senha, por LEANDRO DOS SANTOS PINDAIBA,
Assessor Legislativo, em 10/07/2025, às 09:36, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023,
horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

FORMULÁRIO DE PROPOSTA

Proponente:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	
Nome do Responsável:	
CPF do Responsável:	
Cargo do Responsável:	

Item	Especificação	Unid.	Quant.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Locação de software de votação eletrônica com suporte.	Mês	12			
02	Implantação, treinamento e capacitação de vereadores para utilização do sistema eletrônico de votação	Unidade	01			
03	Locação de 09 equipamentos eletrônicos do tipo Tablet, para utilização de sistema informatizado de votação com manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos. Especificação : Tablet com sistema android em português (brasil);tela touch de no mínimo de 11" com resolução 1920x1200 (wuxga) pixels com profundidade de cor 16m ou superior; processador com 08 núcleos, 2.2 ghz ou superior; memória ram de no mínimo 4gb; armazenamento interno de no mínimo 64gb, expansível através de cartão microsd até 1tb; conexões wifi ieee802.11 a/b/g/n/ac de 2.4ghz e 5 ghz, wi-fi direct, Bluetooth	Mês	12			

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

	5.0 Bateria: 7.040 mAh Caneta S Pen: Inclusa Suporte de massa em aço carbono para fixação do equipamento					
04	LOCAÇÃO DE 01 TELEVISOR SMART DE 85 POLEGADAS Tamanho da tela: 85 polegadas Tipo de painel: QLED, Mini LED (dependendo do fabricante) Resolução: 4K UHD (3840 x 2160) Taxa de atualização: 120 Hz (ou superior) HDR: HDR10, HDR10+, Dolby Vision (em modelos premium) Brilho típico: 500 a 2.000 nits (varia conforme a tecnologia) Ângulo de visão: 178° horizontal / vertical Potência de áudio: 60W a 120W RMS (em sistemas integrados) Tecnologia de som: Dolby Atmos, DTS:X Canais: 2.2, 4.2.2, ou som espacial adaptável Entradas HDMI: 4 ou mais (sendo pelo menos 1 HDMI 2.1) Entradas USB: 2 ou mais Saída de áudio óptica e ou ARC Conectividade sem fio: Wi-Fi 5 ou 6, Bluetooth 5.0 ou superior LAN (Ethernet) Android TV, Google TV, Tizen (Samsung), webOS (LG) ou outro sistema proprietário	Mês	12			

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

	Suporte a aplicativos de streaming: YouTube. Largura aproximada: 2,00 m Altura aproximada: 1,1 m Acessórios: <ul style="list-style-type: none">• Controle remoto inteligente com comando de voz• Base ou suporte de parede (compatível com VESA)• Cabos HDMI					
	Valor					
Observações	Favor incluir valor de frete, imposto e qualquer tipo de despesa adicional no valor do produto/serviço.					
Data de Emissão:						
Assinatura do proponente:						

VALIDADE DA PROPOSTA _____ DIAS - PRAZO DE ENTREGA _____ DIAS

Obs.: Caso a empresa seja vencedora, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito/ Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), Trabalhista, Estadual e Municipal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais Instituídos por Lei; os produtos/serviços deverão ser entregues na Câmara Municipal de Brasilândia – MS.

ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS

CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: licitacao@cmbras.ms.gov.br /

compras@cmbras.ms.gov.br

Processo
Digital

A autenticidade deste documento pode ser conferida em
<https://cmbras.processo.digital/autenticidade>, informando o código
do documento **00023419** e chave de segurança **762 A12 F14**.



Documento autenticado via usuário e senha, por NATALIA DOS SANTOS SOUZA, Assessor Parlamentar, em 27/05/2025, às 09:01, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul